



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I -

PREGÃO Nº 27/ 2020 - ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação da empresa que irá implementar as modificações no **software ABCD**, para que o mesmo possa atender plenamente o **Arquivo Central** do **TRE-MS**.
2. A contratação do serviço será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
3. A contratação do serviço para as adequações e implementações de novas funcionalidades **no software ABCD** se dá com intuito de preservar toda a base de dados já instalada e populada com informações relevantes para o TRE e toda a sociedade há mais de duas (2) décadas e também visa a preservação do conhecimento técnico que os servidores do Arquivo do TRE-MS já possuem tanto a nível de organização e métodos das tarefas cotidianas da unidade, bem como em relação ao uso do software ABCD.

CAPÍTULO II – DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO, QUANTIDADES, VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS

1. A descrição do serviço a ser contratado, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo.

ITEM 01	DESCRIÇÃO
1.1	<p>Especificações das funcionalidades a serem alteradas/implementadas no Software ABCD:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Possibilitar a geração de Relatório dos Documentos Prescritos;2. Inclusão de campo para informar e posteriormente listar :<ul style="list-style-type: none">• Prazos de Guarda (em anos) INTERMEDIÁRIO;• Destinação Final - Permanente/Descarte (essas informações já constam, o sistema deve permitir após o prazo do documento no arquivo intermediário a transferência para permanente/descarte);3. O sistema deve disponibilizar relatório do quantitativo de documentos/caixas que são do arquivo intermediário/permanente;

<p>4. O sistema deve permitir a restrição de acesso a determinados documentos. (campo com a informação restrito; sigiloso: reservado,secreto, ultrassecreto) e relatório com a identificação dos documentos por tipo de restrição e totais por tipo de restrição;</p> <p>5. O sistema deve permitir a inserção de campo separando o que é administrativo/judicial além de relatório com a identificação dos documentos por essa classificação (administrativo/judicial) e também os totais de cada classificação;</p>			
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Serviço	01	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO		
1.2	Permitir que parte do banco de dados do software ABCD esteja disponível também para a consulta aos usuários externos no site do TRE-MS na internet sem a necessidade da duplicação do mesmo, ou seja a disponibilização deverá ser transparente para o operador sem a necessidade de intervenção técnica;		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Serviço	01	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00
TOTAL DO ITEM 01 (somatório do subitem 1.1 e 1.2)			R\$ 36.000,00
Intervalo mínimo entre os lances			R\$ 100,00

1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.2 GARANTIA POR 30 DIAS após o início em produção da entrega realizada , estando a contratada obrigada a fazer ajustes que se fizerem necessários presencialmente no TRE-MS dentro deste período.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, quando necessária, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a conformidade em realizar as adaptações contidas neste termo de referência.

2.1. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre a conformidade e possibilidade em se executar o serviço poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPASNET.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESPECTIVO

RECEBIMENTO

1. Os serviços de adequação do software ABCD deverão ser realizados presencialmente na Secretaria de Tecnologia da Informação, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta feira ou em horário estendido caso se fizer necessário visando cumprir o prazo e cronograma da contratada.
2. O PRAZO MÁXIMO DE ADEQUAÇÃO DO SOFTWARE ABCD é de 35 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
 - 2.1. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.
3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.
 - 3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo.
4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.
5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas neste termo de referência.
6. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços de adequação do software ABCD ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.
7. O recebimento provisório será efetuado no momento da conclusão dos serviços contratados, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:
 - a) verificação pela unidade demandante, no caso a CSDJ, da adequação realizada no software ABCD e se todas as funcionalidades estão disponíveis e operantes;
 - b) apresentação do documento fiscal, com identificação da empresa prestadora e do comprador (TRE/MS), serviços realizados, quantidade, preços unitário e total.
8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.
 - 8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço realizado.
9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:
 - a) compatibilidade dos serviços entregues com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora
 - b) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário
 - c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do serviço entregue, quantidade, preços unitário e total.
10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias

úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá ao fornecedor arcar com ônus cujas características de entrega se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

CAPÍTULO V – DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços de licenciamento de software pela empresa contratada;

b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;

c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada

d) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

e) abrir chamados junto à Contratada para resolução dos problemas detectados.

f) informar à contratada nome e telefone de contato da fiscalização, mantendo tais dados atualizados.

g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;

h) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do **serviço de adequação de software**, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias

úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As Sanções Administrativas constam da Minuta do Contrato (Anexo II).

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

3. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

2. Prestar a assistência técnica necessária por rede autorizada da fabricante em Campo Grande, sem ônus à contratante, inclusive com substituição e reparo de peças e componentes decorrentes de defeito do material, enquanto vigorar o prazo de garantia.

3. Obedecer rigorosamente às normas legais e especificações contidas neste Termo de Referência, e as prescrições e recomendações do fabricante.

4. Comunicar imediatamente à fiscalização, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto.

5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
7. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento do equipamento, na forma disposta neste Termo de Referência.
8. O fornecedor fica, nos termos do §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

CAPÍTULO XI. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviço de adequação do Software ABCD, a ser utilizado pela CDSJ/Arquivo Central do TRE-MS.
2. Esta aquisição está alinhada ao objetivo estratégico "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC" presente no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021. A STIC desta análise de viabilidade atende aos objetivos estratégicos, listados abaixo, constantes do Planejamento Estratégico da Instituição (PEI) e da Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O PEI e o PETIC foram instituídos, respectivamente, pelas Resoluções TRE-MS nº 415/2009 e 429/2010, relacionadas no anexo II.
 - a) O TRE-MS, em seu Planejamento Estratégico de TI (2016-2021), tem como Objetivo "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC", que possui como indicador "Garantir, anualmente, que a disponibilidade dos sistemas essenciais fique acima de 95%"
3. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0011080-14.2019.6.12.8000
4. A quantidade (de cada item) a ser contratada será a mesma prevista na demanda levantada no documento de oficialização de demanda, cujos quantitativos estão indicados no Capítulo II deste Termo de Referência.
5. O software analisado é "padrão de mercado" e sua aquisição garante seu uso imediato sem necessidade de treinamento visto que o software já é utilizado a mais de 10 anos pela unidade solicitante e garante que o tribunal possa abrir, editar e utilizar com eficiência plantas e arquivos técnico para avaliação, construção e reforme de edificações do TRE-MS.
6. O objeto do certame trata-se da contratação de serviços de adequação de software.
7. A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (documentos de praxe exigidos nos certames do TRE/MS).
8. A presente contratação não vai gerar resíduos sólidos ou de outros tipos.
9. A conformidade técnica e legal consta no capítulo II deste termo de referência.
10. As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento estão descritos nos Capítulos IV, V, VI, VII,

VIII, IX e X.

11. Devido a característica dos itens não há dependência técnica de conhecimento com as futuras empresas a serem contratadas para o fornecimento dos softwares.
12. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a aquisição de equipamentos objeto deste procedimento administrativo.
13. Não há exigência especial de qualificação técnica ou formação profissional para os futuros envolvidos na execução do contrato objeto deste procedimento administrativo.

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 09/07/2020, às 09:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0855353** e o código CRC **0623B797**.

0011080-14.2019.6.12.8000

0855353v2